



Educação Financeira: relevâncias e iniciativas da ENEF

Financial Education: relevance and ENEF initiatives

Nilton César Lima¹
Sabrina Mantovany Alves Brito²

Resumo

O presente trabalho aborda o tema Educação Financeira (EF) e estratégias da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com vistas à melhoria das finanças pessoais. Elaborado por meio de uma análise descritiva de estudos correlatos e de bancos de dados públicos, caracteriza-se sob abordagem qualitativa. O objetivo deste estudo consistiu na avaliação da eficácia das medidas abrangidas no escopo da ENEF, bem como sua influência na EF da população brasileira. Verificou-se que o aprimoramento da conscientização financeira da população brasileira em suas decisões de consumo e investimento se dá primordialmente através da EF, em que questões como a inclusão de conteúdos financeiros de forma adequada nos currículos escolares, a disseminação de informações claras e acessíveis para todos os estratos sociais e a promoção de programas contínuos e integrativos da EF são áreas que demandam atenção adicional em políticas públicas. A abordagem eficaz desses pontos representa um avanço considerável da importância da alfabetização financeira em todas as esferas da sociedade, oferecendo potencial impacto na capacidade de tomada de decisões informadas e no bem-estar financeiro dos cidadãos. Apesar das estratégias implementadas pela ENEF, ainda há um extenso percurso a ser percorrido para efetivamente atingir toda a sociedade, independentemente de sua classe social. Frentes futuras em pesquisas sugerem perscrutar a integração da EF nos currículos escolares de forma interdisciplinar, desde o ensino fundamental até o médio, com o intuito de avaliar as mudanças comportamentais e tomadas de decisões relacionadas ao consumo e investimento.

Palavras chaves: ENEF, Educação Financeira, Investimentos, Endividamento.

Cite as: (APA). Lima, N. C.; Brito, S. M. A. (2023). Educação Financeira: relevâncias e iniciativas da UNEF. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*, 10 (2), 82-105

Abstract

This work addresses the topic of Financial Education (EF) and strategies from the National Financial Education Strategy (ENEF) with a view to improving personal finances. Prepared through a descriptive analysis of related studies and public databases, characterized by a qualitative approach. The objective of this study is to evaluate the effectiveness of the measures covered in the scope of ENEF, as well as their influence on the EF of the Brazilian population. It was found that improving the financial awareness of the Brazilian population in their consumption and investment decisions occurs primarily through EF, in which issues such as the inclusion of financial content in an appropriate way in school curricula, the distribution of clear and accessible information to all social strata and the promotion of continuous and integrative EF programs are areas that require additional attention in public policies. Effectively

¹ Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Brasil. E-mail: cesarlim@yahoo.com

² Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Brasil. E-mail: sabrina.brito@ufu.br



Recebido em: 27/11/2023. Aprovado em: 22/04/2024. Publicado em: 05/06/2024
Processo de Avaliação: *Double Blind Review* - SEER/OJS
e-ISSN: 2359-5876
<https://doi.org/10.48075/comsus.v10i2.32319>



addressing these points represents an expert advancement of the importance of financial literacy in all spheres of society, providing potential impact on the ability to make informed decisions and the financial well-being of citizens. Despite ENEF's innovative strategies, there is still a long way to go to effectively reach the entire society, regardless of their social class. Future research fronts suggest examining the integration of EF into school curricula in an interdisciplinary way, from elementary to high school, with the aim of evaluating behavioral changes and decision-making related to consumption and investment.

Keywords: ENEF, Financial Education, Investments, Debt.

1. **Introdução**

A educação financeira (EF) tem-se apresentado como um tema extremamente relevante no contexto social brasileiro e global. Considerando o enfoque brasileiro, concebeu-se que a preocupação com a falta de conhecimento financeiro e o endividamento dos cidadãos tem sido abordada por meio da ENEF desde seu surgimento em 2010, com a intenção de promover a formação financeira da população brasileira.

Bufalo e Pinto (2023) sustentam que a falta de EF traz implicações nas decisões financeiras das famílias, como endividamento excessivo, falta de planejamento e dificuldades em realizar investimentos assertivos. Ressaltam que o desconhecimento financeiro das famílias representa o principal fator para o ingresso no ciclo de endividamento e dificuldades financeiras, afetando negativamente o bem-estar econômico. Tal efeito repercute negativamente também nos investimentos, levando não apenas a escolhas inadequadas e perdas financeiras, mas também a limitações e escassez.

Nesse sentido, observa-se a necessidade de a EF ser inserida na sociedade como uma forma de promover a melhoria da qualidade de vida das famílias e aumentar a eficiência de seus investimentos.

Considera-se que inserir a temática EF no contexto escolar brasileiro, sobretudo com políticas públicas dirigidas, com avaliações efetivas e programas para formação de professores, tem o propósito de prover a construção de uma sociedade mais engajada em suas decisões financeiras. Isso porque, ao longo de suas vidas, os indivíduos irão enfrentar inúmeras situações de trocas e transações financeiras, atuando como protagonistas, seja como consumidores ou vendedores de bens e serviços. Assim, as relações e decisões acerca do dinheiro carecem de ser apreendidas já na fase escolar.

Este estudo resgata as principais abordagens relacionados à EF no Brasil, desde a sua importância até as ações desenvolvidas nas escolas e universidades, atentando-se para a caracterização das decisões de consumo e investimento, bem como os reflexos incorridos da má EF com o endividamento, o que por sua vez, tem motivado ações peremptórias pela ENEF.

A ENEF foi anunciada pelo governo federal em dezembro de 2010, com propósito de esclarecer e descomplicar o entendimento das atividades financeiras, na finalidade de ampliar a conscientização sobre o uso do dinheiro. ENEF, foi criada por meio do Decreto Federal 7.397/2010, e atualizada pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Seu propósito é colaborar e promover melhor cidadania ao apoiar ações que contribuam para decisões financeiras mais assertivas, racionais, autônomas e conscientes. Reúne representantes de 8

órgãos e entidades governamentais, aos quais configuram-se como Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, são eles: Banco Central do Brasil (BCB); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência de Seguros Privados (Susep); Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia (STN); Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (SPrev); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon) e Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2020).

As ações previstas pela ENEF surgiram com a promessa de melhorar a EF dos cidadãos brasileiros e, como resultado, reduzir problemas relacionados ao endividamento excessivo e à falta de planejamento financeiro, securitário, previdenciário e fiscal no país. Assim, promover a conscientização e a EF, não se limita apenas ao desenvolvimento de habilidades individuais nas decisões de investimentos, mas abrange, de forma preliminar, o despertar de comportamentos relacionados ao consumo consciente. Essa abordagem mais ampla visa não somente capacitar as pessoas para tomarem decisões financeiras assertivas, mas também cultivar hábitos de consumo responsável e sustentável, proporcionando uma base sólida para as famílias lidarem com suas finanças de maneira mais equilibrada e consciente (Brasil, 2020; Bufalo; Pinto, 2023).

Trata-se de uma perspectiva, que ora vem sendo conduzida pela ENEF, e que vê a EF como instrumento para a cidadania, eficiência do sistema financeiro e tomada de decisões conscientes.

Desta maneira, a EF tem chamado a atenção para sua inserção no currículo escolar, ainda que de forma transversal nos componentes curriculares. O propósito visa capacitar os alunos a serem hábeis nas decisões relacionadas ao consumo consciente, e, por conseguinte, hábeis às decisões de investimentos. Sua adesão curricular, proporciona ao aluno uma relação saudável com o dinheiro desde cedo, resultando em adultos financeiramente mais equilibrados (Hofman; Moro, 2013). Contudo, a influência familiar ainda tem sido mais significativa na EF, sobretudo no ensino infantil, porém as escolas são auxiliadoras para a formação de adultos conscientes (Coelho, 2014).

Tão tardiamente essa necessidade seja concebida, implicações econômicas e sociais futuras não de surgir, uma vez que, a maioria da população brasileira tem problemas na gestão de suas finanças pessoais. Isso decorre de um elevado índice de endividamento das famílias, que, em janeiro de 2023, já alcançou 49,5% da renda acumulada nos doze meses anteriores (Borges, 2013; Bacen, 2022b). Esse elevado comprometimento da renda é propenso ao aumento

da inadimplência, podendo gerar armadilha de liquidez para muitas famílias, sobretudo às que auferem enormes restrições orçamentárias em suas rendas. Essa dificuldade de gestão financeira dos cidadãos brasileiros também implica na diminuição e desestímulo de investidores no Brasil (Leal & Melo, 2008).

Diante da contextualização apresentada, uma lacuna de pesquisa a perscrutar diz respeito à compreensão da avaliação dos resultados e das iniciativas de EF no Brasil. Partindo do pressuposto que ações da ENEF, mesmo que, ao transversalizar no currículo escolar preocupações com EF, não oferece uma análise detalhada dos resultados efetivos colhidos. Contudo, pesquisas acadêmicas têm sido despertadas, no sentido de investigar como a EF nas escolas e o papel das famílias refletem efetivamente as decisões financeiras dos cidadãos brasileiros, especialmente em relação à redução do endividamento e ao aumento do planejamento financeiro.

Desta forma, a problematização propositada nesta pesquisa abrange em saber: que implicações as políticas públicas desenvolvidas pela ENEF promovem na vida dos brasileiros?

Diante do exposto, entende-se ser fundamental compreender as implicações das políticas públicas da ENEF na vida dos brasileiros. Com isso, a trajetória ao objetivo geral visa analisar a efetividade das ações que contemplam a agenda da ENEF, suas contribuições e influência na EF aos cidadãos brasileiros.

Como forma de contribuir para o propósito deste estudo, busca-se também ressaltar o percurso e os desafios enfrentados pela ENEF em aprimorar o acesso dos cidadãos a recursos educacionais relacionados à EF, como cursos, *workshops* e materiais informativos, destacando as oportunidades encontradas para aprimorar suas estratégias no futuro.

Esse estudo justifica-se pela importância da EF para o bem-estar das pessoas econômico e socialmente. A ENEF foi lançada para abordar questões financeiras no Brasil, como a falta de conhecimento em finanças, endividamento excessivo e a falta de planejamento financeiro no país que atinge profundamente a vida dos cidadãos.

Esta análise é relevante porque fornece informações que auxiliam na elaboração de políticas públicas futuras, ajuda a identificar áreas em que a ENEF teve êxito e áreas que precisam de aprimoramento. Contribui também para a literatura acadêmica sobre EF e seus reflexos na sociedade.

desenvolvimento da gestão estratégica de recursos humanos no contexto organizacional possibilita a orientação dos rumos a serem seguidos visando auxiliar na análise dos posicionamentos

estratégicos dos colaboradores no ambiente laboral. Cada empresa possui uma estrutura organizacional ajustada às demandas específicas de seu setor de atuação, tornando a adaptação às estruturas organizacionais um fator de considerável importância nesse contexto. Isso porque tais estruturas podem exercer influência sobre diversos aspectos do ambiente de trabalho, incluindo o clima organizacional, o comportamento dos funcionários e, conseqüentemente, os resultados alcançados. Uma estrutura organizacional apropriada viabiliza a implementação de uma gestão eficaz para o desenvolvimento, facilitando a identificação dos recursos necessários para manter a coerência organizacional.

Nas organizações em geral, a produtividade e o desempenho são determinados pelo comprometimento e pela dedicação dos colaboradores, que desempenham um papel fundamental na transformação dos planos estratégicos em ações concretas que impactam diretamente a obtenção dos resultados almejados. Uma abordagem estratégica à gestão organizacional requer uma compreensão abrangente de todos os seus processos, e a gestão de recursos humanos deve estar alinhada com os objetivos gerais da empresa. Os colaboradores desempenham funções que vão além da execução de tarefas específicas; mesmo sem compreender plenamente o impacto de suas atividades, eles têm um papel crucial na implementação dos planos e ações da organização.

Portanto, é crucial que a gestão da empresa considere estrategicamente o papel de seus colaboradores, pois são eles os responsáveis por impulsionar os resultados organizacionais, sendo essenciais para o desenvolvimento contínuo e o crescimento da organização no mercado. Isso implica em ajustar-se às novas tendências relacionadas à estrutura e às estratégias organizacionais, as quais estão se tornando cada vez mais integradas para garantir a obtenção

2. Referencial Teórico

2.1 Constituição e principais avanços da ENEF

Antes mesmo de deflagrar a ENEF, é importante destacar suas motivações constitutivas. No Brasil, discussões embrionárias acerca da EF já vinham sendo debatidas, ao considerar o surgimento do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec, por meio do Decreto 5.685 de 25/01/2006. Pois, foi este comitê que em 2007, por meio da Deliberação nº 3, de 31 de maio, instituiu um Grupo de Trabalho com o propósito debater EF em nível nacional (Brasil, 2006).

Isso é passível de ser notado, no Artigo 1º:

Fica aprovada a criação de um Grupo de Trabalho - GT a fim de desenvolver e propor, no prazo de 6 (seis) meses a contar de sua instalação e sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma "Estratégia

Brasileira de Educação Financeira. (Brasil, 2007).

Desta maneira, avanços normativos vieram sendo impulsionados até que se constituísse a ENEF. Assim, a Coremec, mais uma vez, emitiu Deliberação de nº 5, de 26 de junho de 2008 estabelecendo orientações normativas e objetivos para que então constituísse a ENEF. No Artigo 2º, emitiu-se os seguintes objetivos da ENEF: (I) promover e fomentar a cultura de educação financeira no país; (II) ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e (III) contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e capitalização. Sendo no Artigo 3º registrado suas diretrizes: (I) programa de Estado, de caráter permanente; (II) ações de interesse público; (III) âmbito nacional [...] (Brasil, 2008).

Fica, portanto, constituída a ENEF, com seus respectivos objetivos e diretrizes, possibilitando avanços em democratizar a EF às pessoas, cooperando para o fortalecimento da cidadania. Avanços como a criação do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), esses surgiram em 2010. Uma vez consolidada suas principais diretrizes e instituições, surge, portanto, o Decreto Federal nº 7.397/2010, com o propósito de levar a EF para as escolas brasileiras. Isso é passível de ser notado no próprio Artigo 1º:

Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (Brasil, 2010).

E, somente no Artigo 2º, onde é passível de ser percebido que a EF deva, portanto, receber diretrizes específicas para materializar a EF em âmbito nacional.

Art. 2º - A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes: (I) atuação permanente e em âmbito nacional; (II) gratuidade das ações de educação financeira; (III) prevalência do interesse público; (IV) atuação por meio de informação, formação e orientação; [...] (VI) formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; [...] (Brasil, 2010).

Nota-se que a ENEF constituiu meios de instituir a EF em dimensão nacional de forma gratuita, abrindo possibilidades de parcerias capazes de efetivar suas ações. Seus programas são guiados pelo Plano Diretor que se destinam a realizar ações que fortifiquem a cidadania e ajudem a população a tomar decisões financeiras mais conscientes e autônomas (ENEF, 2010).

Muito embora a EF possa estar presente no currículo escolar no Brasil, não há mecanismos ou diretrizes que norteiam os direcionamentos de sua inserção. Ou seja, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), não impediam e nem mesmo induziam espaços para

que abordagens pudessem ser instruídas nas escolas brasileiras. Daí a onipresença do Grupo de Trabalho da ENEF foi primordial nesse processo de concepção, mesmo como Temas Transversais (TT) obrigatórios nas salas de aulas.

Esse Grupo de Trabalho da ENEF, compostos por cada representante do FEBF, experimentou meios de propor e validar o emprego da EF nas escolas brasileiras, por meio da elaboração e aplicação de um material didático, com interesse de observar impactos e realizar adequações de conteúdos específicos a serem empregados nos mais variados níveis escolares. Esse teste piloto envolveu no período de 2010 e 2011, 891 escolas públicas do ensino médio, num primeiro momento, e cerca de 30 mil alunos, onde pode contar inclusive com a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (CONEF, 2013).

Toda preparação para validação da EF no ensino médio, envolveu o cuidado na elaboração do material, de modo que pudesse ser facilmente compreendido e instrutivo quanto às escolhas conscientes de consumo, ou seja, gestão do dinheiro, bem como em elevar também conhecimentos envolvendo mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização, de modo que auferisse melhores decisões também quanto a investimentos.

Nesta perspectiva, a materialização da EF nos bancos escolares ganhou propulsão por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao também instituir em 2017, via Ensino Fundamental, seja nos sistemas e redes de ensino, a inserção no currículo escolar, preferencialmente de forma transversal e integradora, temas sobre educação financeira (Brasil, 2017).

No que diz respeito à ENEF, ela é dividida em dois segmentos, os programas setoriais e os programas transversais, cada um com suas condutas e abrangência, o primeiro trata-se de uma responsabilidade que não é exclusiva de um órgão apenas, as ações são desenvolvidas pelos membros do Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, com práticas alinhadas com as intuições, enquanto o segundo é coordenado pela AEF e percorre vários setores, respectivamente (ENEF, 2017).

Setoriais – Que compreendem as ações desenvolvidas pelos 8 membros do Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, Banco Central do Brasil, CVM – Comissão de Valores Mobiliários, PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública – SENACON. Trabalham em suas devidas áreas de atuação fornecendo palestras, cartilhas, seminários, encontros, centrais de atendimento para

sanar dúvidas, cursos, programas de televisão, feiras, espaços culturais, visitas programadas, entre outras.

Transversais – Trata-se das atividades coordenadas pela Associação de Educação Financeira do Brasil – AEF, que propõem unir vários temas como endividamento, investimento, gestão financeira, previdência dentre outros. No entanto, não ligados a uma instituição específica, mas percorrendo vários setores.

Nas escolas, promovem a educação financeira, desde os primeiros anos da educação escolar ajuda a desenvolver as habilidades essenciais que capacitam os alunos a lidar com os desafios sociais e econômicos que a sociedade apresenta (ENEF, 2010).

Com o público adulto, priorizou-se os aposentados com renda de 1 a 2 salários-mínimos e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, atuando na redução do endividamento desse público, para auxiliá-los a gerir suas finanças de forma consciente.

Em síntese, destaca-se os seguintes programas e respectivas ações adotadas pela ENEF, na finalidade de ampliar a conscientização sobre a importância de planejar e realizar decisões financeiras mais conscientes, ver Quadro 1:

Programas	Ações
Educação Financeira nas Escolas	Incentivar a inclusão da educação financeira nas escolas, na finalidade estimular e ensinar desde cedo os fundamentos das finanças pessoais e a importância do planejamento financeiro.
Campanhas de Conscientização	Realizar campanhas de sensibilização a nível nacional para educar o público sobre o valor de poupar, investir sabiamente, bem como, educar o público sobre a importância das decisões ou escolhas de consumo com sabedoria, a fim de evitar o consumo excessivo.
Capacitação de Educadores	Fornecer aos professores materiais e programas de treinamento que os permitem ensinar educação financeira de maneira eficaz.
Publicação de Materiais Educacionais	Oferecer recursos como livros, vídeos e jogos acessíveis a todos envolvidos, na finalidade de difundir conceitos de educação financeira.
Parcerias com Instituições Financeiras	Atuar em colaboração com instituições financeiras para desenvolver e difundir programas de educação financeira, inclusive junto a seus clientes, por meio de workshops e palestras.
Eventos e Seminários	Realizar eventos e seminários voltados para a discussão e troca de experiências na área de educação financeira.
Pesquisas e Estatísticas	Criar estudos e avaliações contínuas para avaliar o nível de educação financeira da população e identificar áreas que requer mais atenção.
Apoio a Iniciativas Regionais	Apoiar esforços locais, colaborando com as autoridades estaduais e municipais para criar programas que sejam adequados às necessidades de educar as pessoas sobre uso do dinheiro.
Previdência Complementar	Além da educação financeira, a ENEF também se ocupa em promover a educação previdenciária, despertando as pessoas a se planejarem para a aposentadoria.

Fonte: ENEF (2017); Bacen (2022a).

Diante do exposto no Quadro 1, é possível perceber que o ENEF desempenha um papel relevante em promover a educação financeira no Brasil, e seus esforços visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros e para o desenvolvimento econômico e social do país, como: promoção da inclusão financeira; redução do endividamento excessivo; fomento

da poupança e investimento; planejamento para aposentadoria; alfabetização financeira; aprimoramento da estabilidade financeira; promoção da cidadania financeira. Ou seja, perfazem ações que visam decisões mais conscientes sobre o consumo.

2.2 Educação Financeira: escolhas conscientes e equilibradas

Segundo Cordeiro, Costa e Silva (2018), o termo "Educação Financeira" refere-se a conceitos e atitudes relacionados às ações financeiras, ou seja, inclui o conjunto de atividades que envolvem o controle diário de despesas do cidadão. A educação financeira é um meio de entender como funcionam as operações financeiras, como juros, financiamentos, empréstimos e créditos, para que o conhecimento dessas operações produza cidadãos mais conscientes.

Educação Financeira são os aprendizados que permitem a compreensão e melhor utilização de produtos financeiros, com o desenvolvimento desse conhecimento o indivíduo passa a gerir melhor suas finanças, fazendo escolhas mais assertivas e consumindo de forma consciente e comprometida com o futuro (OCDE, 2005, p. 4). Com a melhor compreensão do indivíduo sobre finanças, amplia-se ainda, sua capacidade de se planejar financeiramente, reconhecer boas oportunidades, dando a devida aplicação ao dinheiro (Ramos; Lavor, 2021).

O crescimento da taxa de endividamento da população brasileira está diretamente relacionado à ausência da educação financeira. As pessoas de baixa renda se endividam cada vez mais ao comprometerem seus orçamentos com financiamentos e empréstimos com altos juros, dificultando cumprir suas obrigações financeiras para suprir necessidades básicas, com a busca por novas fontes de crédito cria-se um ciclo (Rodrigues; Strehlau, 2014).

A educação financeira no Brasil se encontra em nível de desenvolvimento inferior a outros países como Estados Unidos, onde há a obrigatoriedade da disciplina na grade de ensino de alguns estados, 72% dos bancos ofertam programas de educação financeira e diversas instituições auxiliam esse processo. No Reino Unido, embora seja facultativa, há um grande engajamento, além da criação de um fundo, para estimular a cultura de poupança (Savoia; Saito; Santana, 2007).

Uma parte essencial para o acesso à educação financeira é a sua inclusão nas instituições de ensino, a implementação de programas nas escolas e universidades pode desempenhar um papel fundamental na formação de cidadãos financeiramente conscientes. Esses programas podem abranger desde noções básicas de orçamento pessoal até conceitos mais avançados de investimento. É necessário saber as medidas específicas que têm sido introduzidas nas instituições educacionais e como elas têm impactado os estudantes.

A família é o primeiro ambiente de aprendizado de um indivíduo, as atitudes de cada membro que a compõem auxiliam na formação da personalidade dessa criança (Pereira, Feitosa, Sousa & Silvério, 2009). A formação dos padrões de comportamento e consumo se dá através das vivências, que se iniciam no núcleo familiar, com isso, adultos inconscientes e compulsivos formam os futuros adultos que provavelmente também reproduzirão esses padrões.

Segundo as escolas, a responsabilidade da educação financeira das crianças e adolescentes é uma responsabilidade dos pais, cabendo à escola um papel coadjuvante nesse ensino. E admitindo que a educação financeira é muito importante para formar um adulto autoconsciente, e se tratando de uma formação ligada à ética e à solidariedade, a escola poderia ajudar secundariamente no ensino das finanças pessoais (Krummenauer, 2011).

Observa-se, porém, que no Brasil a maioria da população apresenta problemas de gestão em suas finanças pessoais e endividamento (Borges, 2013). Desta forma, vê-se uma necessidade ainda maior de intervenção governamental para formação de cidadãos instruídos financeiramente.

O currículo normal do Ministério da Educação e Cultura (MEC), não contém o estudo de Educação financeira, a inclusão desta disciplina, faria com que as escolas apoiassem de forma efetiva as famílias no processo de aprendizagem financeira (Krummenauer, 2011).

Instruir financeiramente as crianças é um processo a longo prazo e contínuo, para estimular gestão financeira consciente e consumo responsável. Com trabalho conjunto dos pais, com seus recursos sociais e financeiros e das escolas com professores preparados pedagogicamente (Kassardjian, 2013).

Segundo, Aguiar e Botelho (2021), em estudo recente, pós pandemia da Covid 19, os universitários possuem um bom nível de educação financeira. Porém destaca-se que, uma grande parte dos entrevistados são dependentes financeiramente de recursos enviados por familiares. Com isso, apesar do conhecimento não há uma conclusão sobre a gestão financeira dos mesmos, pois o fato de não serem os provedores de seu dinheiro dificulta na gestão e minimiza o impacto que o despreparo financeiro trás, afinal, não precisa se preocupar com seu próprio sustento e necessidades.

Apenas 19,87% dos universitários dizem ter as disciplinas cursadas na faculdade como meio de aprendizado sobre educação financeira, atrás dos meios digitais com 34,16% e dos conhecimentos ensinados pelos seus familiares 39,13% (Dias, Arenas, Arenas, Silva, 2017).

À perspectiva do consumo consciente, a fim de garantir a estabilidade econômica pessoal e a tomada de decisões financeiras responsáveis, esta abordagem se alinha com as diretrizes da *Organization for Economic Co-operation and Development*, ao combinar atributos

de conhecimento, habilidade, atitude e comportamento úteis para tomada de decisões financeiras que elevam o bem-estar financeiro individual e familiar (OECD, 2013).

Admite-se a importância da implementação do consumo consciente na vida cotidiana, inclusive universitária, ao enfatizar que se trata do equilíbrio, ou seja, das escolhas conscientes e equilibradas. Esse entendimento é corroborado por estudos correlatos ao adotar comportamentos e atitudes responsáveis em relação ao consumo, envolvendo a reflexão sobre a real necessidade de um produto ou serviço, ou seja, avaliando se de fato contribui para a melhoria da qualidade de vida ou se é apenas um desejo momentâneo (Cerbasi, 2015).

Um dos principais desafios no consumo consciente nas finanças são os gastos impulsivos e desnecessários, para isso é necessário analisar se o produto ou serviço que deseja adquirir se trata de uma necessidade ou apenas um desejo impulsivo (Bulgarim, 2012). É crucial a economia de recursos para alcançar objetivos financeiros de longo prazo, como a compra de uma casa, a educação dos filhos, a aposentadoria e independência financeira.

Oliveira (2020) sugere que perguntas como: "Eu realmente preciso disso?", "Isso está de acordo com meus valores e objetivos financeiros?" podem ajudar a refletir se a compra está sendo feita de forma consciente ou impulsiva. Além disso, enfatiza que é fundamental aprender sobre investimentos, economia e estratégias de gestão de dinheiro, se tornando assim, capaz de tomar decisões eficazes mais eficazes financeiramente.

Para Cerbasi (2014), o fato da maioria das pessoas dedicar mais tempo aos requisitos profissionais do que a vida pessoal e seus objetivos, cria uma dificuldade de controlar a obstinação em comprar coisas, fazendo com que cedam frequentemente à sedução do dinheiro e, por fim, à dificuldade para alguns manter uma rotina de controle de gastos, pois além de ser difícil, tomar a iniciativa e fazer planos pode ser muito gratificante e amplamente satisfatório.

Percebe-se, que o consumo consciente nas finanças é uma abordagem que beneficia não apenas sua saúde financeira pessoal, mas também a sociedade em geral. Ao tomar decisões financeiras responsáveis e reduzir o consumo desnecessário, contribui-se para um mundo mais sustentável e equitativo, ao mesmo tempo em que se alcança objetivos financeiros. Daí a importância da tomada de decisões financeiras de modo responsável, pois repercute na contenção do consumo supérfluo, e uma vez difundido na sociedade, contribui para desempenhar um papel em prol de um cenário global mais sustentável e equitativo.

Quanto aos agentes decisores à perspectiva de investimentos, esses são determinados pela forma como conduzem suas finanças e os riscos que estão dispostos a correr (Sales, 2012). Reconhecer o perfil financeiro auxilia na organização das finanças, compreendendo a relação da personalidade e do dinheiro e formando cidadãos mais lúcidos financeiramente (Tecnologia,

2021).

O perfil poupador é composto pelas pessoas focadas no longo prazo, se organizam para guardar dinheiro para imprevistos, planos futuros, são calculistas e não se arriscam, fazem aplicações seguras como conta poupança (Mosmann, 2019). Tendem a poupar parte de seus recebimentos mensais, optando por uma vida mais simples e sem grandes ambições financeiras (Tecnologia, 2021).

No perfil investidor estão os indivíduos com conhecimentos mais aprofundados sobre a dinâmica do dinheiro (Mosmann, 2019). Podendo ser classificados como arrojados ou conservadores. O investidor arrojado tem maior propensão ao risco, com possibilidades de grandes retornos e rentabilidades elevadas, porém sujeitas também a perdas (Leal, 2021). Por outro lado, temos o investidor conservador, que aplica em investimento de alta liquidez e baixo risco (Sales, 2012). Os investimentos com alta liquidez e baixo risco são também caracterizados por taxas de retorno (rentabilidade) menores, como, aplicações em renda fixa.

O perfil desligado é marcado pela falta de controle financeiro, são pessoas que não se interessam por estudar sobre suas finanças e não se preocupam com poupanças e investimentos, gastam de forma moderada e não acumulam capital (Tecnologia, 2021). Esse perfil não se planeja para imprevistos e emergências, pode faltar ou sobrar dinheiro (Mosmann, 2019).

O perfil endividado, tem seus gastos sempre maiores que seus ganhos, fazendo com que recorram a empréstimos (Mosmann, 2019). Pessoas endividadas tendem a ter atitudes erradas financeiramente, causando pagamento de juros para instituições financeiras (cartão de crédito, crediários, bancos), para explicar suas ações compulsivas e consumistas dizem acreditar que não conseguiriam adquirir bens sem parcelamento (Siqueira; Vilela, 2019).

2.3 ENEF: desafios e perspectivas para a efetividade da EF

Estudos remetem à importância da institucionalização do ENEF no âmbito do Ministério da Educação, no sentido de fortalecer debates sobre a EF. Tal aspecto, promoveria laços entre as políticas públicas e o sistema educacional, garantindo uma implementação mais eficiente e abrangente (Soares; Marchito, 2019). Os autores sugerem a inclusão da EF nos sistemas de avaliação contínua, como forma de aferir sua efetividade, bem como colher informações sobre os reflexos e direcionamentos da ENEF. Uma avaliação bem estruturada e contínua contemplando a política EF, pode retroalimentar o processo de implementação pela ENEF, contribuindo para resultados mais satisfatórios e direcionando ajustes necessários ao longo do tempo.

Um fato notório apontado por Soares e Marchito (2019) é que a ENEF tem despertado entidades organizadoras mais ligadas ao mercado financeiro, em vez de fortalecer-se institucionalmente, envolvendo o Ministério da Educação. Isso levanta questões sobre a baixa participação de outros agentes, como as escolas, na formulação dos conteúdos da política. Ainda para os autores, a própria instituição escolar não tem sido protagonista, ou seja, apresenta-se como uma "voz ausente" na definição dos debates e conteúdo em EF. Isso suscita questionamentos sobre a concentração de instituições financeiras na definição dos conteúdos, o que pode representar um viés para a política de EF.

Os resultados da pesquisa trazidos por Calado e Santos (2022), reforçam o entendimento de que a ENEF precisa de ajustes e medidas mais efetivas e uma maior integração e envolvimento de diversos setores para promover uma efetiva melhoria no nível de educação financeira da população brasileira.

Contudo, os estudos de Calado e Santos (2022) ancoram suas análises da EF a partir da pesquisa levantada pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), realizada em 2009, que embasou a implantação da ENEF ao revelar uma situação preocupante, apontada por agentes reguladores e do mercado financeiro: o baixo nível de EF da população brasileira.

Para Calado e Santos (2022), esse diagnóstico também foi confirmado por meio do Indicador de Educação Financeira (IndEF), realizado pelo SERASA, que apontou no ano de 2015 um índice médio de 6,2 para o Brasil, classificado como nível médio em uma escala de 0 a 10. Eles ainda acrescentam um dado de 2013 da *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey*, onde incluiu 150 mil adultos em todo o mundo, e destacam que apenas 33% da população mundial é considerada educada financeiramente, com o Brasil classificado na 74ª posição.

Embora essa deficiência na EF seja corroborada, pondera-se o entendimento trazidos por Soares e Marchito (2019), sobre a necessidade de também obter dados e perspectivas dos principais agentes presentes no ecossistema da EF, como as escolas e o próprio Ministério da Educação. Certo de que há mais atores a serem contemplados para a compreensão da dimensão EF, Calado e Santos (2022) concluem que há uma lacuna entre teoria e prática que carece de ser melhor investigada. Eles sugerem que programas educativos, instituições de ensino, agentes educacionais e econômicos, acompanhem sistematicamente as ações propostas pela ENEF.

Já à luz da concepção da EF apresentada por Bufalo e Pinto (2023), os autores destacam a falta no aprofundamento das pesquisas em EF, inclusive aquelas que abrangem diferentes fases da vida e a variedade de atores envolvidos. Sem essas amplas compreensões, não há

terreno sólido para estruturar políticas públicas, cabendo à ENEF este desafio. Os autores sinalizam o papel das universidades e a necessidade de uma abordagem significativa e aplicável no ensino superior, como áreas de oportunidade para futuras pesquisas e aprimoramento das políticas públicas em EF.

Dessa maneira, concebe-se que a institucionalização do ENEF pelo Ministério da Educação e atuações conjuntas de demais atores envolvidos, inclusive pesquisadores, fortaleceria debates sobre EF, permitindo avaliações contínuas da sua efetividade, assim como apontaria a necessidade de ajustes contínuos.

3. Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, uma vez que se destina a caracterizar uma determinada população (Gil, 2002). O procedimento utilizado será levantamento, que consiste em analisar dados e documentações indiretas das quais está sendo estudado o comportamento (Gil, 2002). A abordagem do problema é qualitativa, uma vez que a pesquisa objetiva compreender os problemas e tentar descrevê-los, permitindo analisar detalhes das informações coletadas. As pesquisas qualitativas ajudam na análise de temas específicos com mais profundidade e podem contribuir para uma explicação específica, como afirma Gil (2008).

A metodologia empregada foi a análise descritiva que “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, conforme afirma, Silva e Menezes (2005, p.21).

Desta maneira, a pesquisa é de natureza descritiva e qualitativa. A abordagem descritiva permite a caracterização da efetividade das ações da ENEF e suas contribuições para a EF dos cidadãos brasileiros. A abordagem qualitativa, é atribuída visando entender em profundidade as percepções, experiências e desafios enfrentados pela ENEF.

Este estudo discute o tema proposto, apresenta as abordagens empregadas pela ENEF abrangendo EF, que por meio de pesquisas compreendendo cidadãos brasileiros, com base em dados públicos a partir do ano de 2010, foi possível observar o tratamento dos dados realizados de acordo com a disponibilidade e abrangência das fontes, incluindo dados estatísticos, relatórios governamentais e dados socioeconômicos provenientes de instituições como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil, Ministério da Educação, Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), Governo Federal (.gov), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e outras

instituições governamentais que disponibilizam informações relacionadas a finanças da população, educação financeira e endividamento.

A partir dos dados observados, e destacadas suas fontes secundárias provenientes, bem como admitindo que as ações do ENEF representem as políticas públicas exercidas, realizou-se a análise de documentos, relatórios, estudos e informações publicamente disponíveis relacionados à ENEF, EF e ao endividamento da população brasileira. Esses documentos incluem relatórios governamentais, estatísticas, pesquisas acadêmicas e informações divulgadas por instituições relevantes.

Admitiu-se o emprego da análise de conteúdo. Esse método de análise permite a categorização e interpretação das informações relevantes identificadas nos documentos revisados. As categorias de análise foram definidas com base nos objetivos da pesquisa, permitindo uma compreensão mais profunda das questões relacionadas à educação financeira, endividamento e comportamento financeiro da população.

As categorias de análise foram desenvolvidas com base nos propósitos da pesquisa, observando: (i) acesso nos recursos educacionais em EF, onde foram examinadas as iniciativas específicas da ENEF nesse sentido; (ii) desafios enfrentados pela ENEF, cujos dados colhidos permitem observar os reflexos das ações da ENEF; (iii) oportunidades de melhorias futuras, onde são exploradas sugestões e recomendações para fortalecer a efetividade das ações da ENEF.

Nesse aspecto, a análise de dados versa sobre conteúdo temático. Isso envolve a identificação de temas específicos, a organização de dados em categorias temáticas.

Devido à natureza qualitativa da pesquisa, a análise de conteúdo possibilita explorar os detalhes das informações coletadas, identificando tendências e padrões que permite contribuir para um entendimento mais amplo do tema.

4. Análise de Resultados

Nessa etapa, serão evidenciados detalhadamente os resultados dessa pesquisa, analisando a saúde financeira dos cidadãos brasileiros e as ações desenvolvidas pela ENEF para melhorar a educação financeira no Brasil.

Apurou-se que houve um crescimento da inadimplência no Brasil, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) do ano de 2022, trouxe um novo recorde de endividamento da população brasileira, alcançando 77,9%. O crescimento de mais de 10 pontos percentuais em 2 anos, mostra um impacto negativo pós pandemia da Covid 19 na gestão

financeira dos cidadãos.

Historicamente, as taxas de juros elevadas no Brasil, tornam o crédito mais caro e dificultam o cumprimento das obrigações. Em junho de 2023, o Banco Central (BC) divulgou em suas Estatísticas monetárias e de crédito, os juros cobrados pelos bancos no rotativo do cartão de crédito subiram para 455,1%, e as dívidas de cartão de crédito representam 86,6% das obrigações das famílias endividadas.

A falta de uma análise minuciosa sobre a capacidade de pagamento do cliente que deseja obter crédito, leva a muitos empréstimos irresponsáveis, e como resultado, aumento da inadimplência, além das taxas elevadas para empréstimo pessoal que em julho de 2023 fecharam o mês em 7,65% (média dos principais bancos brasileiros).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, realizada em 2023, registrou uma queda na taxa de desemprego, alcançando 8%, o menor índice desde 2015. Porém nos últimos anos, a taxa de desocupação chegou a 14,9% o que contribui para o evidente descontrole de grande parte dos brasileiros em suas finanças, essa instabilidade no mercado de trabalho e a falta de emprego são fatores que impactam diretamente a capacidade das pessoas de pagar suas dívidas.

Diante dos problemas de gestão financeira da população, a ENEF reconhece a importância de iniciar a educação financeira desde a infância. Através de brincadeiras, as crianças começam a aprender sobre dinheiro, orçamento, meios de pagamento e poupança. O MEC juntamente com a ENEF tem desenvolvido um material educativo com a intenção de integrá-lo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conceitos de educação financeira deverão ser incluídos em diferentes disciplinas, como matemática e ciências humanas. Essa metodologia busca adicionar o aprendizado financeiro ao currículo escolar, para que as crianças desenvolvam habilidades desde o ensino fundamental (Brasil, 2017).

A BNCC apesar de não prever a matéria específica de Educação Financeira, oferece estudos sobre impostos, números, rentabilidade, porcentagem, o que de forma interdisciplinar contribui para o desenvolvimento dos cidadãos em finanças (Brasil, 2018). Em julho de 2021, o MEC, em conjunto com a CVM e o Sebrae, criou o Programa Educação Financeira nas Escolas. O programa pretende capacitar 500 mil professores de forma online e gratuita, em um período de 3 anos. O curso será disponibilizado aos professores de todas as disciplinas.

Para os jovens, a ENEF busca fornecer informações mais específicas sobre o planejamento financeiro, o uso consciente do crédito e a importância de poupar e investir. A BNCC tem o intuito de preparar os jovens para os desafios da vida adulta, pretende incluir temas relacionados à educação financeira em algumas disciplinas no Ensino Médio, ajudando

os jovens a compreenderem as complexidades financeiras e engajá-los para os desafios que enfrentarão. As ações incluem campanhas de conscientização, feiras e oficinas em escolas e universidades, a fim de engajar os jovens e prepará-los para os desafios financeiros que enfrentarão.

Com os adultos, as dificuldades estão principalmente nos hábitos e valores antigos que estão profundamente enraizados, e também, por não estão inseridos num sistema regular de ensino. Ainda assim, eles compõem a População Economicamente Ativa (PEA) do país e, com escolhas financeiras mais saudáveis, contribuirão para o desenvolvimento do Brasil. Portanto, a ENEF também se dedica a capacitar os adultos brasileiros a aprimorar suas habilidades financeiras. É essencial, pois muitos adultos enfrentam desafios financeiros, como endividamento excessivo e falta de planejamento para a aposentadoria. A ENEF trabalha em parceria com instituições financeiras, órgãos governamentais e ONGs para oferecer cursos e workshops de educação financeira em todo o país. Além disso, a estratégia promove ações de conscientização por meio da mídia e redes sociais, incentivando os adultos a buscarem informações sobre como gerenciar suas finanças de maneira mais eficaz.

Tradicionalmente, o investidor brasileiro tem uma tendência conservadora em relação aos investimentos. A maior parte da população opta em manter suas economias em investimentos de renda fixa, como a poupança e títulos do governo, como Tesouro Direto, pois são considerados mais confiáveis e com menor risco. No Brasil os investimentos de renda fixa são considerados mais atrativos do que investimentos em renda variável e ações, pois historicamente as taxas de juros são altas no Brasil.

A redução das taxas de juros nos últimos anos tem levado os investidores a migrar para outras opções com riscos maiores buscando retornos mais substanciais. O número de pessoas físicas listadas na Bolsa de Valores (B3) cresceu mais de 700% em menos de 5 anos, alcançando a marca de 5 milhões de CPFs cadastrados em dezembro de 2022 (B3, 2023). Aos poucos, os investidores brasileiros estão entendendo sobre a necessidade de diversificar suas aplicações. Em vez de depender apenas de um tipo de investimento, eles estão procurando uma combinação de atividades para reduzir o risco.

A tecnologia tem se mostrado uma grande aliada do investidor brasileiro, segundo a pesquisa (ANBIMA, 2023) registrou-se que 43% optam por investir digitalmente, enquanto 38% dizem ir pessoalmente ao banco para realizar suas aplicações financeiras. Também se apurou uma ampliação significativa de sites e canais de investimento e o aumento de criadores de conteúdo com ênfase em educação financeira e investimento.

Devido à preocupação da população com a aposentadoria, os brasileiros também têm

estudado opções de investimento a longo prazo e previdência privada para garantirem um futuro financeiramente estável. O percentual de investidores que buscam aplicações no exterior também aumentou, alcançando 1%, um crescimento de 20% em relação ao ano anterior (ANBIMA,2023)

O objetivo individual de cada pessoa determina seus investimentos, além disso, o conhecimento, classe social e renda, são circunstâncias que influenciam no perfil investidor do brasileiro.

5. Considerações finais

Os resultados destacam a natureza complicada e desafiadora da situação financeira dos brasileiros, bem como as medidas desenvolvidas pela ENEF para melhorar a educação financeira no Brasil. O aumento do desemprego no Brasil, destacado na Pesquisa sobre Dívidas e Proteção Inadequada ao Consumidor para 2022, mostra o impacto significativo da pandemia da COVID-19 na gestão financeira dos brasileiros. Um percentual recorde da população está endividado (77,9% em 2022), ou seja, houve um aumento expressivo em apenas dois anos, evidenciando a vulnerabilidade financeira de muitos indivíduos e famílias. No entanto, o estudo também destaca a importância da ENEF nos esforços para melhorar a educação financeira no Brasil.

A estratégia visa integrar conceitos financeiros no currículo escolar, reconhecendo que a educação financeira deve começar cedo. O fato de as escolas secundárias da BNCC incluírem aulas de educação financeira é um passo na direção certa. As atividades de educação financeira para adultos são cruciais, uma vez que muitas pessoas enfrentam desafios financeiros, tais como uma dotação excessiva e a falta de planejamento da reforma.

Em parceria com instituições públicas a ENEF trabalha para fornecer a população cursos e conferências de educação financeira em todo o país e promovendo a conscientização através de campanhas nas mídias sociais. Os resultados demonstram a necessidade de um sistema ou plataforma de educação financeira abrangente e eficaz no Brasil.

Em atendimento aos propósitos deste estudo, constatou-se a importância da EF na formação pessoal e profissional da pessoa de forma efetiva, ao ponto que se possa admitir como algo cultural na sociedade, ou seja, como condição onipresente para as relações sociais de convívio à lente econômica e financeira. Ações despertadas pela ENEF, conclama que seja disponibilizada, de modo efetivo, o quanto antes, desde a formação básica nas escolas, até a programas de capacitações e conscientizações daqueles já inclusive formados e em idade adulta, despertando-os para que consigam planejar seus gastos com responsabilidade e equilíbrio.

Estudos que destacam a importância da institucionalização da ENEF (Soares; Marchito, 2019) e os desafios apontados por Calado e Santos (2022) em relação à necessidade de ajustes e maior integração para a melhoria da EF no Brasil, evidenciaram a urgência de uma atuação conjunta e mais efetiva do Ministério da Educação, escolas, pesquisadores, universidades e demais atores envolvidos. Ou seja, a baixa participação destes atores na formulação da política de EF e a concentração de instituições financeiras na definição de conteúdo são questões levantadas por eles e reforçam a importância de uma avaliação contínua da ENEF. Esses aspectos revelam a necessidade de um esforço conjunto para fortalecer os debates sobre a EF e promover uma implementação mais eficiente e abrangente da política, como também sugerido por Bufalo e Pinto (2023).

Verificou-se, portanto, que a ENEF procura integrar a EF no currículo escolar, mesmo que de forma transversal, e realizar atividades educativas para adultos, com o objetivo de ampliar sua abordagem de maneira mais eficaz. Tal análise interliga-se com estudos anteriores, enfatizando a necessidade de uma atuação conjunta e integrativa como proposto por Soares e Marchito (2019) e Calado e Santos (2022).

Embora enfrentando diversos desafios, a ENEF tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento da EF. O progresso de suas estratégias tem atraído atenção, e à medida que avança, a expectativa é que a população se torne mais consciente em suas decisões financeiras, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a conquista de uma maior estabilidade financeira para a maioria dos cidadãos do país.

Considerada a relevância temática, recomenda-se como pesquisas sucessoras, estudos com pessoas que efetivamente participaram dos programas disponibilizados pela ENEF. Outro ponto relevante seria explorar a lacuna entre teoria e prática mencionada por Calado e Santos (2022), investigando como os programas educativos podem ser mais bem alinhados com as necessidades reais da população brasileira em termos de EF, inclusive integrando agentes e instituições envolvidos mais diretamente com a EF. Por fim, investigar a integração da EF nos currículos escolares de forma interdisciplinar, desde o ensino fundamental até o médio, com o intuito de avaliar as mudanças comportamentais e tomadas de decisões relacionadas ao consumo e investimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da FAPEMIG, por meio do Projeto de Pesquisa atendido na Chamada nº. 001/2022 - Demanda Universal. Processo nº. APQ-00275-22.

Referências

- Aguiar, A. S.; Botelho, D. R. (2021). Alfabetização e Educação Financeiras dos Graduandos Brasileiros e o Impacto da Pandemia da Covid-19 em suas Finanças Pessoais. In *XLV Encontro da ANPAD – EnANPAD*.
- ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. (2023). *Raio X do investidor - 6ª edição*. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2023.htm>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.
- B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. (2023). *Perfil pessoa física*. Relatório sobre pessoa física. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/perfil-pessoas-fisicas/perfil-pessoa-fisica/>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.
- BACEN - Banco Central. (2022a). *Relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira*. Apresentação. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/comunicados/FBEF-Relatorio-2022.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.
- BACEN - Banco Central. (2022b). *Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional exceto crédito habitacional em relação à renda acumulada dos últimos 12 meses (RNDBF)*. Portal de Dados Abertos do Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/29038-endividamento-das-familias-com-o-sistema-financeiro-nacional-exceto-credito-habitacional-em-r>. Acesso em: 24 de setembro de 2023.
- Borges, R. S. (2013). A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos. In *VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica (EPCT)*. Anais eletrônicos ... Paraná: EPCT, 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/AnaisCSA/ECONOMICAS/04-Pborgestrabalhocompleto.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2023.
- Brasil. (2006). *Decreto nº 5.685*. Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização-COREMEC. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jan. 2006. Seção 1, p. 4.
- Brasil. (2007). *Deliberação nº 3*. Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho com o propósito de propor estratégia nacional de educação financeira. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Secretaria de Previdência Complementar, Brasília, DF, 06 jul.2007. Seção 1, p. 60.
- Brasil. (2008). *Deliberação nº 5*. Estabelece diretrizes e objetivos para a Estratégia Nacional de Educação Financeira e prorroga o prazo para o Grupo de Trabalho, constituído pela Deliberação Coremec nº. 3, de 31 de maio de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Ministério da Fazenda, Brasília, DF, 08 jul. 2008. Seção 1, p. 32.
- Brasil. (2010). *Decreto nº 7.397*. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Seção 1, p. 7-8.
- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2023.
- Brasil. (2020). *Decreto nº 10.393*. Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm>. Acesso em: 04 de junho de 2023.
- Bufalo, D. C. L., & Pinto, R. Â. B. (2023). Políticas públicas de educação financeira: do processo histórico às ações práticas em Instituições de Ensino Superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 28. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772023000100036>
- Bulgarim, M. C. C., et al. (2012). *Orçamento familiar e o controle social: instrumentos de organização da sociedade*. 2. ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade.
- Calado, L., & Santos, D. C. (2022). Implantação da estratégia nacional de educação financeira: Análise de resultados práticos no Brasil. *Revista Razão Contábil & Finanças*, 13(2), 13-26.
- Cerbasi, G. (2015). *Como organizar sua vida financeira*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Coelho, T. C. F. (2014). *Educação Financeira para Crianças e Adolescentes*. Juiz de Fora. Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora.
- CONEF - Comitê Nacional De Educação Financeira. (2013). *Educação Financeira nas Escolas, Ensino Médio*. 1. ed. Brasília.
- Cordeiro, N. J. N., Costa, M. G. V., & Silva, M. N. (2018). Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. *Ensino da Matemática em Debate*, 5(1), 69-84.
- Costa, E. A. Q., Souza, D. S., & Amaral, I. S. do. (2021). Gestão das finanças pessoais: Uma vida economicamente correta. *Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE*, 6(3), 71.
- Dias, C. O., Arenas, N. C. S., Arenas, M. V. S., & Silva, R. M. P. (2017). Perfil de educação financeira dos acadêmicos dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de uma Instituição Federal de Ensino Superior brasileira. In *XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária*.
- Endividamento e inadimplência no Brasil. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2023/01/cnc-endividamento.pdf>>. Acesso em: 02 de setembro de 2023.
- ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira Sumário. (2017). *Plano diretor ENEF*. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-atualizado_compressed.pdf>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.
- ENEF. (2023a). Educação Financeira – Mapeamento Nacional. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.
- ENEF. (2023b). Semana Nacional de Educação Financeira. Educação Financeira - Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>>. Acesso em: 11 de setembro de 2023.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas. (2022). *Mapa da nova pobreza*. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/pesquisas/mapa-da-nova-pobreza>>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Hofmann, R. M., & Moro, M. L. F. (2013). Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF. *Zetetiké: Revista de Educação Matemática*, 20(38), 37-54.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.
- IBGE. (2023a). *IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2022 para Brasil e Unidades da Federação*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36320-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2022-para-brasil-e-unidades-da-federacao>>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.
- IBGE. (2023b). *Painel de Indicadores*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>>. Acesso em: 04 de setembro de 2023.
- Kassardjian, A. C. C. (2013). *Educação Financeira infantil como o incentivo a essa prática pode auxiliar na formação de adultos financeiramente mais conscientes*. Disponível em: <<http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/tccanacarolina.pdf>>. Acesso em: 04 de junho de 2023.
- Krummenauer, L. D. (2011). *Educação Financeira para Adolescentes do Ensino Médio em Sapucaia do Sul*. UNISINOS. São Leopoldo.
- Leal, S. C., & Costa, P. de S. (2021). A relação dos perfis financeiros com o nível de educação financeira dos estudantes de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior brasileiras. In *4º Congresso UFU de Contabilidade*.
- Leal, D. T. B., & Melo, S. de. (2008). A contribuição da educação financeira para a formação de investidores. In *XI SEMEAD Empreendedorismo em organizações*. São Paulo.
- Mosmann, G. (2019). *O que é perfil financeiro e como descobrir qual é o seu?* Disponível em: <<https://www.suno.com.br/artigos/perfil-financeiro/>>. Acesso em: 5 de junho de 2023.
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2005). *Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira*. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em: 04 de junho de 2023.
- OCDE. (2013). Organisation for Economic Cooperation and Development. *Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender*. Junho 2013. Disponível em: https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.
- Oliveira, N. R. (2020). *Eu realmente preciso disso?* Nath Finanças. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cl7VcQOCvxU>>. Acesso em: 4 de outubro de 2023.
- Pereira, D. H., Feitosa, F. M., Sousa R. C., & Silvério, M. R. (2009). A educação Financeira infantil e seu impacto no consumo consciente. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Faculdades Integradas “Campos Salles”. Curso de Administração.

- Programa Educação Financeira nas Escolas. (2023). *Portal do Investidor*. Disponível em: <<https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/criancas-e-jovens/programa-educacao-financeira-nas-escolas#:~:text=Em%20julho%20de%202021%2C%20o>>. Acesso em: 05 de setembro de 2023.
- Ramos, M. do S. F., & Lavor, O. P. (2021). Educação financeira através da Metodologia Steam: inovações educacionais no Ensino Superior. *Debates em Educação*, 13(31), 864–882. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13n31p864-882
- Rocha, B. (2023). Quais bancos oferecem as menores taxas de juros para empréstimo pessoal? Disponível em: <<https://einvestidor.estadao.com.br/ultimas/bancos-taxas-juros-emprestimo-pessoal-cheque-especial/>>. Acesso em: 18 de setembro de 2023
- Rodrigues, M. R., & Strehlau, S. (2014). Como ensinar os jovens universitários a aprender lidar como seu dinheiro. In *III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos*. São Paulo. Anais [...]. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.uninove.br/xmlui/handle/123456789/744>>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.
- Savoia, J. R. F., Saito, A. T., & Santana, F. de A. (2007). Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 41(6), 1121-41.
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. UFSC, Florianópolis, 4 ed.
- Silva, V. J. M. O., Martins, S. N., Conto, S. M., & Salvi, E. J. (2019). A Importância da Educação Financeira na Universidade: Um enfoque para a formação profissional e pessoal de estudantes universitários. *Revista Extensão & Cidadania*, 6, 2-17.
- Siqueira, L. de., & Vilela, M. S. S. (2019). Finanças pessoais: uma análise do perfil financeiro dos discentes e seus cursos de graduação. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social.
- Soares, F. P., & Marchito, E. (2019). Educação financeira no Brasil: uma análise da estratégia nacional para a educação financeira (ENEF) sob a ótica do processo de elaboração de políticas públicas. *Revista Vianna Sapiens*, 10(2), 34. <https://doi.org/10.31994/rvs.v10i2.581>
- Tecnologia, I6. (2021). *Perfil financeiro: entenda o que é e descubra qual é o seu tipo*. Disponível em: <<https://www.contasonline.com.br/blog/163/perfil-financeiro-entenda-o-que-e-e-descubra-qual-e-o-seu-tipo>>. Acesso em: 5 de junho de 2023.